

DIOGNETUS & CALLIAS: ALEGORIA DOS CONFLITOS PROFISSIONAIS NA TARDO-REPÚBLICA

Leandro Manenti¹

RESUMO: O trabalho debate o contexto profissional da tardo-república e suas mudanças na instauração do Império a partir do olhar de Vitruvius, arquiteto romano autor do tratado *De Architectura*, no qual, além de apresentar temas específicos da área, discute, por meio de alegorias, as mudanças no sistema de valores em marcha no seu tempo. Como objeto de análise, toma-se a narrativa sobre Diognetus e Callias, arquitetos helênicos cujo embate é retomado por Vitruvius como representação do sistema de valores que defende. O trabalho pauta-se pela análise do texto latino, assim como de tradutores e comentadores.

PALAVRAS-CHAVE: Vitruvius. Tardo-república. Arquitetura.

DIOGNETUS & CALLIAS: ALLEGORIE OF PROFESSIONAL CONFLICTS IN THE LATE REPUBLIC

Abstract: The paper discusses the professional context of the late republic and its changes in the establishment of the Empire from the point of view of Vitruvius, Roman architect author of the treatise *De Architectura*, in which, in addition to presenting specific themes of the area, debates through allegories the changes in the system of values in motion in his time. As an object of analysis, it is taken the narrative about Diognetus and Callias, Hellenic architects whose clash is resumed by Vitruvius as a representation of the system of values he defends. The work is guided by the analysis of the Latin text, as well as that of translators and commentators.

KEYWORDS: Vitruvius. late republic. Architecture.

¹ Professor adjunto de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

Vitrúvio foi um personagem romano do qual muito pouco se sabe para além do que o próprio nos conta em seu tratado intitulado *De Architectura*. Escrito entre 35a.C. e 25 a.C., o texto atravessou os séculos como o mais antigo tratado a respeito da Arquitetura, tendo um papel fundamental no desenvolvimento da teoria arquitetônica, especialmente após o século XV, quando voltou a circular, ensejando muitas publicações, traduções, ilustrações e comentários.

O tratado foi composto a partir de uma vasta compilação de outras obras específicas reunidas, conforme o próprio autor elenca no Livro VII (Vitr. De Arch. VII, pref.). Nesta compilação, que inclui obras helênicas e latinas, o autor trata de criar um *corpus ordinato* a respeito dos diversos aspectos da ciência do arquiteto, como ele denomina a Arquitetura. Organizado em dez livros, o tratado aborda a arquitetura em seus três âmbitos: a edificação, a gnomônica e a mecânica; com evidente destaque para a edificação, que ganha oito dos dez livros. Vitrúvio inicia debatendo os princípios da boa arquitetura para, em seguida, abordar cada tipo de edificação e suas regras e recomendações, assim como materiais e técnicas construtivas.

O tratado conta, ainda, com dez prefácios, que muito além de apresentarem os respectivos livros que inauguram, dedicam-se a abordar aspectos morais e sociais, os quais são discutidos e exemplificados, muitas vezes, por meio de alegorias que o autor recolheu de suas muitas fontes textuais. Nestes prefácios, depreende-se, em maior grau, a linguagem particular do autor, suas reflexões e julgamentos, o que permite-nos situá-lo como sujeito em um ambiente em transformação.

Assim, o presente trabalho objetiva, primeiramente, retomar as condições contextuais do exercício da profissão de arquiteto no período

vivenciado por Vitrúvio, e seu sistema de valores, o qual coincide com ascensão de Augusto no século I a.C, situando o trabalho de Vitrúvio neste contexto. Na sequência, elege-se a narrativa do embate entre Diognetus e Callias, relatada no Livro X do tratado vitruviano, como alegoria desta transformação de valores em marcha, para, a partir dela, debater o papel das comendas.

UM CONTEXTO PROFISSIONAL EM TRANSFORMAÇÃO

O século I a.C. constitui-se em um período de muitas transformações no mundo romano. A grande expansão territorial, e o conseqüente contato com outros povos, disputas políticas e guerras internas colocam em xeque o sistema de valores republicano anterior, pautado pelo comedimento e retidão moral. Esse sistema de valores tardo-republicano teve em Cícero seu maior representante, o qual assentava seu pensamento no mundo dos ofícios, propondo quatro virtudes fundamentais: a procura pela verdade [*veritas*], a confiança nas relações [*fides*], a busca pela excelência [*excelsitas*] e a modestia e temperança [*decoro*] (Cic. Off. I, 15.). Para ele, a verdadeira sabedoria e grandeza da alma reside na honestidade, sendo avaliada pelas ações e não pela glória [*in factis positum, non in gloria iudicat*], preferindo a realidade ao protagonismo [*principemque se esse mavult quam videri*] (Cic. Off. I, 65).

Porém em Roma, a partir das profundas mudanças no cenário político na segunda metade do século I a.C., com a ascensão de Otaviano, tornado Augusto, espelhando o helenismo de Alexandre, constitui-se em um *locus* em transformação. A valorização da imagem dos governantes e de seus antecessores, imortalizados em bronze e em mármore, lembrados em poemas e em frontispícios, repercute nas demais camadas da sociedade,

inclusive nos *artificis*, que reivindicam reconhecimento público, fomentando disputas que colocam em crise o sistema consolidado pelo acumulado coletivo de conhecimento representado pelas *artis* e um sistema de valores que se pautava pela austeridade, comedimento e atuação coletiva ao invés da busca pelo reconhecimento individual.

Neste contexto de mudanças, o campo da arquitetura é descrito por Mário D'Agostino (2010, p. 31) como eivado de disputas profissionais em meio a vultosos investimentos advindos da política edificatória promovida por Augusto. Indra McEwen (2003, p. 38) coincide ao afirmar que a magnificência da arquitetura passa a reproduzir a grandeza do império ao mesmo tempo que o legitima. Conforme atestam Ovídio (Ov. Fast. VI, 563-568) e Plínio (Plin. Nat. 35. 5), a imagem pessoal do *artifex* passa a ser homenageada, lembrada e, inclusive, referenciada como legitimadora por outrem em busca de reconhecimento. Esse novo sistema de valores e posicionamento dos *auctores* acaba por ensejar uma busca pessoal por valorização como forma de garantir encomendas e de ascensão social.

O próprio Vitruvius narra, no prefácio do Livro I (Vitr. De Arch. I, pref.), sua atuação neste ambiente em transformação, afirmando ter trabalhado ao lado de César em suas campanhas militares, desenvolvendo máquinas de guerra, provendo captação de água e construindo edificações, sendo-lhe grato por todos estes anos e transferindo sua devoção e admiração ao seu sucessor, e filho, Augusto. Após todos estes anos, o reconhecimento de sua lealdade e serviços prestados lhe valeu uma comenda, objeto de disputa entre os profissionais, por indicação da irmã do Imperador, Otaviana, o que lhe garantia uma velhice sem percalços financeiros. Gozando, então, desta pensão vitalícia e, sobretudo, vendo um novo sistema de valores morais em marcha, que se refletem em uma arquitetura mais luxuosa, de grande

escala, que exalta o novo regime, Vitruvius decide romper o silêncio e lançar-se ao mundo da escrita, dedicando a Augusto o seu tratado, com o objetivo manifesto de auxiliar o Imperador no julgamento da qualidade de suas obras, além de reivindicar autoridade sobre o assunto.

Elisa Romano (1987, p. 173-183) insere Vitruvius neste ambiente profissional dominado pela *fortuna* e pelos desvalores do dinheiro, como de um profissional que não tem assegurada a notoriedade pela sua cultura, preparação técnica e ética profissional, rendendo-lhe a crença de que serão as gerações futuras que lhe darão o reconhecimento negado no presente. Em virtude desta aposta no reconhecimento futuro, na glória, que segundo a autora representa o prolongamento no tempo da *bona fama*, o arquiteto encontra apenas uma possibilidade, a de se transformar em intelectual, distanciando-se da prática profissional em direção à teoria da arquitetura.

O papel do arquiteto na sociedade e sua ética são temas que atravessam o tratado vitruviano. No prefácio do Livro X (Vitr. De Arch. X, pref., 1), Vitruvius discute o assunto a partir do exemplo da antiga Éfeso, onde, segundo ele, uma lei dura [*dura condicione*], porém justa [*iure*], instituiu que cabia ao arquiteto, uma vez incumbido da responsabilidade por uma obra pública [*publicum opus curandum*], estabelecer seu custo, ficando comprometido com esta estimativa até o completamento da obra perante o magistrado. Se a estimativa se cumprisse, ao final, o arquiteto era dignificado com distinção e honrarias oficiais [*decretis et honoribus ornatur*]. No caso do custo ser até um quarto maior que a estimativa, o erário público cobriria esta diferença, porém, se esta excedesse este quarto, o custo deveria ser coberto pelos bens do arquiteto.

Lamentando que essa mesma lei não exista no seu ambiente romano, Vitruvius afirma que caso existisse, faria com que não ficassem impunes os

imperitos que se alastram [*non sine poena grassarentur inperiti*], mantendo aqueles que, com a máxima sutileza das doutrinas [*summa doctrinarum subtilitate*] são prudentes [*prudentes*] e que sem dúvida professam a Arquitetura. Assim, nenhum pai de família seria levado a gastos excessivos e os arquitetos, compelidos pelo temor do castigo [*poenae timore*], agiriam mais diligentemente no cálculo dos custos, a fim de que os pais de família pudessem levar a cabo suas construções conforme previsto ou com pequeno acréscimo. Este modo de agir ético, segundo Vitruvius, deveria se aplicar não apenas às construções, mas também aos jogos oferecidos pelos magistrados à população (Vitr. De Arch. X, pref., 2-3).

Pierre Gros (1983, p. 425-452) aponta a ambiguidade no trabalho do arquiteto neste momento de mudança, pois, segundo ele, uma abordagem sociológica pautada por inscrições o designa como um artesão, um mestre carpinteiro ou chefe de equipe de pedreiros, enquanto uma abordagem mais técnica, que examina os vestígios arqueológicos, aponta para o lugar do arquiteto que concebe e ou executa um edifício complexo, e, em se tratando de um contexto tardo-republicano ou imperial, assemelha-se a um perfil de engenheiro, que mantém um olhar técnico para o objeto arquitetônico, um *machinator*. Em termos de reconhecimento, segundo Gros, as obras eram mais lembradas pelos nobres que as doavam do que propriamente pelo nome do arquiteto que as executou, cabendo ao arquiteto jogar o jogo dos notáveis, tocando-lhe a responsabilidade e nem sempre o reconhecimento.

Louis Callebat e Philippe Fleury (2003, p. 65) descrevem que a atuação do arquiteto em obras públicas se dava a partir da concessão, por meio de um curador, da responsabilidade por uma obra. Victor Mortet (1902-1908) detalha este processo, lembrando que curador [*curator*] é um papel exercido por um magistrado romano, que era incumbido de promover uma obra, ou

mesmo jogos, como lembra Vitrúvio no texto. Este magistrado se encarregava de contratar os profissionais necessários, como o arquiteto responsável pela ideação da obra e o executor, podendo ser um mesmo profissional ou mesmo mais de um, cada qual com funções específicas. O magistrado era o responsável, ainda, por responder juridicamente pela obra e pela prestação de contas. O arquiteto, segundo Mortet, recebe a *cura*, ou seja, o encargo que lhe é determinado pelo curador da obra.

Exemplificando os diferentes papéis sociais e âmbitos de atuação que os arquitetos poderiam adotar, Gros (1983, p. 425-452) relembra três arquitetos antigos: Hermodoros de Salamine, que personifica o arquiteto livre e itinerante, cuja reputação lhe permitia trabalhar para diferentes cidades, exemplificando um caso raro de saída do anonimato que alguns artistas alcançaram, para os quais a assinatura de uma obra é motivo de distinção; C. Postumius Pollio, arquiteto com poder econômico que lhe permitiu que assumisse a responsabilidade financeira, além da técnica, por diversas encomendas públicas na Campanha, sendo, portanto, o *redemptor*, da obra e um exemplo de sucesso e ascensão social; e Cossutti, um exemplo ainda maior de ascensão social e diversificação de atividades, tendo sido, inclusive, senador da República. Por fim, Gros lembra, ainda, que são facilmente encontrados personagens menos brilhantes, executores de obras modestas, cujo valor próprio depende diretamente das relações que mantém com a classe política. Estes arquitetos modestos atuam em dois âmbitos, na concepção e na execução de obras. Sua atuação se pauta pela adaptação de modelos, sem muito espaço para contribuições pessoais com relação aos tipos construtivos, embora esta adaptação de modelos exija muitos ajustes em função das condições locais do sítio e disponibilidade de materiais, sendo o esforço concentrado no sentido de preservar o modelo mesmo com estas adaptações.

Pode-se inferir, portanto, que o papel social de Vitruvius se alinha a este último grupo de profissionais sem muitos recursos para empreender por conta própria, nem prestígio elevado que os garanta encomendas de grande porte. Sua posição mediana, em meio a um número grande de outros profissionais de mesmo porte, lhe impõe um constante esforço por reconhecimento e distinção em meio aos demais. Esta posição é reforçada na passagem acima referida [*grassarentur inperiti*], a qual é destacada por Callebat e Fleury (2003, p. 69), pelo seu tom satírico, com o emprego do sujeito, *inperiti*, aliado a um verbo depreciativo, *alastri* ou *proliferari*, a qual carrega tanto a afirmação de uma ética profissional alicerçada em uma retidão moral exemplar, quanto a reivindicação de uma formação do tipo enciclopédica, alinhada com o ideal cultural postulada de Eratóstenes a Posidônio, de Varrão a Cícero, chegando a Quintiliano mais a frente.

DIOGNETUS & CALLIAS: ALEGORIA DAS DISPUTAS PROFISSIONAIS

Nesta disputa por reconhecimento e valorização profissional, o instrumento da comenda, reconhecimentos públicos que poderiam incluir o pagamento de pensões, constituam-se em objeto de desejo dos profissionais, garantindo-lhes o sustento além de destaque em meio aos demais. Vitruvius assenta seu dever de escrever, conforme relata no prefácio do Livro I, em uma obrigação advinda dessa honraria, e retorna ao tema no último capítulo de seu tratado, dedicado às máquinas de guerra. Nele, o autor aborda a relação entre dois arquitetos helênicos, que espelham o seu mundo de disputas profissionais, com atuações distintas e uma comenda em disputa, reforçando, a partir desta alegoria, o seu sistema ético profissional.

Segundo Vitruvius (Vitr. De Arch. X, 16), a cidade de Rhodes havia atribuído a um arquiteto local [*Rhodus architectus*], Diognetus, uma pensão

anual [*publico quotannis*], às custas do erário, para honrá-lo pela competência em sua arte [*pro arti tribuebatur ad honorem*]. Nesta mesma época, veio à Rhodes um arquiteto chamado Callias, proveniente de Arado, um personagem pouco identificado na historiografia, mas que poderia se alinhar com o papel dos arquitetos itinerantes. Ao chegar, Callias proferiu uma palestra [*acroasin fecit*]² na qual apresentou um modelo reduzido [*exemplaque*] de muralha e, sobre ela, uma máquina de plataforma giratória [*muri et supra id machinam in carchesio versatili constituit*], com a qual ele seria capaz de agarrar um eventual helépolo, torre de assalto, que se aproximasse da muralha e a transportaria para o interior desta. Ao ver este novo modelo de defesa, os cidadãos de Rhodes retiraram a pensão anual de Diognetus e a transferiram em honra a Callias [*et eum honorem ad Calliam transtulerunt*].

Nesse ínterim, o Rei Demétrio preparava uma guerra à Rhodes e assessorado pelo arquiteto ateniense Epímaco manda montar um helépolo de 125 pés de altura e 60 de largura, reforçado para resistir a impactos de pedras de até 360 libras lançadas por balistas, pesando ao total 360 mil libras. Ao aproximar-se de Rhodes a enorme máquina de guerra, Callias é solicitado pelos cidadãos que montasse sua máquina para transferir o helépolo para o interior da muralha, porém esse se nega a realizá-lo [*negavit posse*], pois sua máquina não era capaz de fazer frente a tal gigante. Vitruvius pondera sobre a impossibilidade de se fazer todas as coisas sob os mesmos princípios [*non enim omnia eisdem rationibus agi possunt*], discutindo a questão da escala e a diferença entre modelos e realizações concretas, limitadas por materiais disponíveis e suas dimensões. Assim, retoma o autor, iludidos pela ideia de que poderiam reproduzir um modelo em grande escala,

² Para Pierre Gros (2006), esta passagem aborda a emergência dos arquitetos itinerantes, que se vendem à maior oferta, claramente representado por Callias. Uma classe de profissionais que vive, segundo Gros, de seu saber-dizer muito mais que de seu saber-fazer.

os cidadãos de Rhodes cometeram uma injúria e insultaram [*iniuriam cum contumelia*] Diognetus e, ao perceberem a hostilidade persistente do inimigo [*hostem pertinaciter infestum*], o perigo da servidão [*periculum servitutis*], as máquinas de prontidão para tomarem a cidade [*machinationem ad capiendam urbem comparatam*] e a previsão de devastação desta [*vastitatem civitatis expectandam*], prostraram-se perante Diognetus e rogaram-lhe que auxiliasse a sua pátria [*procubuerunt Diogneto rogantes, ut auxiliaretur patriae*].

De início, Diognetus se recusa a ajudá-los, porém, após receber a súplica de diversas donzelas e efebos de famílias nobres, assim como de sacerdotes, ele consente em ajudar, impondo a condição de que a referida máquina de assalto de tamanho gigantesco lhe restasse como butim caso alcançasse sucesso em detê-la. Observando o lado da muralha ao qual o helépolo se aproximaria, Diognetus manda fazer um buraco pelo qual pede aos cidadãos que depositem toda água, excremento e lama que dispusessem durante a noite. Assim, na manhã seguinte, quando o helépolo tenta se aproximar da muralha, acaba atolado. Demétrio, então, percebendo que havia sido enganado pela sabedoria de Diognetus [*cum vidisset sapientia Diogneti se deceptum esse*], parte com sua frota [*cum classe sua discessit*]. Libertados da guerra pela sagacidade [*sollertia*] de Diognetus, os cidadãos de Rhodes agradecem-o publicamente e oferecem a ele honras e distinções. O arquiteto, então, traz o helépolo para dentro da cidade e o coloca em local público com a seguinte inscrição: “De seu butim, Diogneto oferece este presente ao povo” [*Diognetus e manubiis id populo dedit munus*], deixando, assim, senome gravado em local público³. Vitruvius conclui lembrando que a

³ Conforme lembra Indra McEwen (2003, p. 16-19), ter seu nome listado no censo e, principalmente, em inscrições públicas era uma das formas de reconhecimento mais prestigiadas em Roma. Este processo se estabelece juntamente com o incremento do regramento e institucionalização das atividades da vida pública que caracterizou a república tardia e início do império.

arte da defesa [*repugnatoriis rebus*] não é composta de apenas máquinas, mas, também, dos melhores planos [*maxime consilia*].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atuando neste contexto em transformação, o arquiteto Vitrúvio procura defender a manutenção de um sistema de valores ao qual é tributário, frente às novas demandas sociais. A alegoria de Dignetus e Callias exemplifica bem suas preocupações, contrapondo a valorização dos arquitetos experientes, que atuaram junto às suas pátrias por anos, conquistando o reconhecimento por meio das comendas, aos novos discursos estrangeiros, sedutores pela novidade a uma primeira vista, mas que carecem de aplicabilidade. O arquiteto romano vê seu mundo profissional ameaçado, e trata de alertar o príncipe por meio do seu tratado.

Vitrúvio afirma à Augusto, no prefácio do Livro VI (Vitr. De Arch. VI, Pref., 6), que não objetiva bens pecuniários a partir de sua arte [*pecuniam parandam ex arte*], pois, segundo ele, mais vale a pobreza com boa reputação do que a abundância com má reputação [*sed potius tenuitatem cum bona fama quam abundantiam cum infamia*], sendo esta a razão pela qual não teria alcançado a notoriedade [*ideo notities parum est adsecuta*], situação esta a qual espera ser revertida com a edição do tratado, tornando-o notório na posteridade [*sed tamen his voluminibus editis, ut spero, etiam posteris ero notus*]. Vitruvius alega que não o surpreende [*neque est mirandum*] o fato de ser pouco conhecido [*quid ita pluribus sim ignotus*], pois os outros arquitetos rogam e litigam [*rogant et ambigunt*] para exercerem seu ofício de arquitetos [*ut architectent*], enquanto ele, instruído pelos seus preceptores, aguarda ser solicitado ao invés de solicitar um trabalho [*rogatum, non rogantem oportere suscipere curam*].

Para Corso e Romano (1997, p. 868-869), à constatação de uma situação de degradação da *ars*, Vitruvius propõe duas alternativas: por um lado, o retorno a práticas arcaicas de auto-construção por parte dos comitentes privados, proposta típica do período do segundo triunvirato, que remete a uma moralidade antiga. E, por outro, a refundação da Arquitetura como arte liberal, pautada por princípios, proposta pelo tratado e alinhada com as disciplinas enciclopédicas. Assim, o tratado é dirigido diretamente aos comitentes privados, aos sábios e ao príncipe, evitando intermediários desqualificados, como os pseudo-arquitetos ignorantes e ineptos.

Louis Callebat (2004, p. 61-62) afirma, ainda, que a notoriedade reivindicada por Vitruvius deve ser apreciada a partir de diversos aspectos: a tradição ligada aos modos de expressão da *commendatio* e da *captatio benevolentiae*, a confiança de um “homem honesto” frente a colegas menos escrupulosos, ou mesmo menos brilhantes e abertos a “orientações estéticas novas”, o tratamento de um problema pessoal como uma problemática geral a respeito da situação da carreira dos artistas na sociedade antiga e a reivindicação ideal de uma ética profissional honesta e desinteressada.

Muito embora Vitruvius alegue não estar interessado apenas em bens pecuniários, a disputa por reconhecimento reflete, claramente, uma procura por ascensão social. Neste sentido, o papel da comenda [*commendatio*] é fundamental, pois é a partir dela que o *artifex* ascende politicamente dentro da estrutura da ordem profissional, assim como garante rendimentos que lhe permitam não temer o desamparo no final da vida [*ut ad exitum vitae non haberem inopiae timorem*], como lembra Vitruvius na abertura do seu tratado (Vitr. De Arch. I, Pref., 3).

O instrumento da comenda, enquanto reconhecimento oficial, diferente da notoriedade, pode ser entendido como um ápice na carreira de um *artifex*.

Ter o seu trabalho reconhecido publicamente como de valor para a sociedade como um todo, certamente colocava o artista em um local de destaque. Tendo atuado uma vida inteira a serviço de César e de Augusto, exercendo sua atividade segundo os padrões éticos tardo-republicanos, o arquiteto Vitruvius chega ao final de sua carreira reconhecido pelo Imperador com uma comenda atribuída pelos seus inúmeros serviços prestados. A partir disso, como que obrigado por esse benefício [*cum ergo eo beneficio essem obligatus*] (Vitr. De Arch. I, Pref., 3), Vitruvius passa ao campo teórico da Arquitetura, alçando-se entre os grandes preceptores, decide compilar todo o conhecimento que detinha sobre a *ars* Arquitetura em um volume [*his voluminibus aperui omnes disciplinae rationes*] com o objetivo de justificar seu reconhecimento público, instruindo o príncipe e os contratantes sobre seu preceituário da boa arquitetura, afastando, assim, os profissionais imperitos que se difundiam no contexto das grandes obras promovidas por Augusto.

REFERÊNCIAS

- CALLEBAT, Louis; FLEURY, Philippe. Commentaires. In: VITRUVIUS. *De L'Architecture*: Livre X, Texte établi, traduit et commenté par Louis Callebaut avec la collaboration pour le commentaire de Philippe Fleury. Paris: Les Belles Lettres, 2003.
- CALLEBAT, Louis. Commentaires. In: VITRUVIUS. *De L'architecture*. Livre VI, texte établi, traduit et commenté par Louis Callebaut. Paris: Les Belles Lettres, 2004.
- CORSO, Antonio; ROMANO, Elisa. Commenti. In: VITRUVIUS. *De Architectura*. (A cura di Pierre Gros). Traduzione e commento di Antonio Corso e Elisa Romano. Torino: Giulio Einaudi ed., 1997.
- D'AGOSTINO, Mário Henrique Simão. *A beleza e o mármore: o tratado De Architectura de Vitruvius e o Renascimento*. São Paulo: Annablume, 2010.

- GROS, Pierre. Statut social et rôle culturel des architectes (période hellénistique et augustéenne). In: *Architecture et société. de l'archaïsme grec à la fin de la République*. Actes du Colloque international organisé par le CNRS et l'École française de Rome. Rome: École Française de Rome, 1983. p. 425-452.
- GROS, Pierre. Un problème de la science hellénistique: le changement d'échelle. In: *Vitruve et la tradition des traités d'architecture: Fabrica et ratiocinatio*. Rome: Publications de l'École française de Rome, 2006, p. 39-48.
- McEWEN, Indra Kagis. *Vitruvius: writing the body of architecture*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2003.
- MORTET, V. *Recherches critiques sur Vitruve et son oeuvre* [Texte imprimé]. Paris: E. Leroux, 1902-1908.
- ROMANO, Elisa. *La capanna e il tempio: Vitruvio o dell'architettura*. Palermo: Palumbo, 1987.
- VITRUVIO. *De Architectura*. (A cura di Pierre Gros). Traduzione e commento di Antonio Corso e Elisa Romano. Torino: Giulio Einaudi ed., 1997.